

## OS PARTIDOS POLÍTICOS E A FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL MEDIANTE A SOCIABILIDADE POLÍTICA

Melina Mörschbacher<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo visa resgatar elementos teóricos que localizam as instituições partidárias como centrais na constituição de um modelo democrático de Estado. A partir desse entendimento, são destacados estudos no campo da cultura política com ênfase no conceito de capital social. A proposta que emerge do resgate conceitual e teórico exposto é a de apresentar de que modo os partidos políticos podem vir a legitimar e justificar a sua existência por meio da promoção de valores e de atitudes que se configuram no âmbito da confiança, da cooperação e da ampliação da participação política. Posto que o nível de capital social de uma sociedade reflete na qualidade de sua democracia, há uma reflexão acerca da carência de determinadas práticas no modo de fazer política dos partidos brasileiros para que uma nova cultura política instaure-se.

**Palavras-chave:** Partidos políticos; cultura política; capital social; sociabilidade política.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Sociais (Licenciatura) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).  
E-mail: m\_elz@hotmail.com

### **Abstract**

The present article claims for theoretical elements which have the political institutions as central for the constitution of a democratic State. With this kind of knowledge studies in the field of Political Science are underlined with highlight in the concept of social capital. The purpose that emerges from the conceptual and theoretical rescue exposed here is presenting the way in which the political parties can legitimate and justify their existence through the promotion of values and attitudes concerning of trust, cooperation and widen of the political participation. Given that the level of social capital of a society reflects in the quality of its democracy, there is a reflection about the lack of certain practices in the way of doing politics by the Brazilian parties for the establishment of a new political culture.

**Keywords:** Political parties; political culture; social culture; political sociability.

## **INTRODUÇÃO**

É decorrente nos atuais debates do campo da Ciência Política um questionamento acerca da funcionalidade e, mesmo, da essencialidade dos partidos políticos. Nesse sentido, é válido enfatizar que não existe um consenso no que diz respeito à definição dessas instituições. A presente análise tem como objetivo central abordar um posicionamento cuja referência principal encontra-se na área de estudos da cultura política e, especificamente, no conceito de capital social.

O debate que se refere a novos espaços de participação - fomentados pós-Constituição de 1988 no Brasil -, ao estabelecer uma nova relação no âmbito de negociação política entre Estado e sociedade civil, é um novo impulso para que se pense em formas alternativas de a sociedade sentir-se representada e incluída no processo político, não apenas eleitoral, mas também de gestão pública. A tarefa de mediação dos partidos políticos, apesar de problematizada e questionada, costuma ser apresentada como insubstituível de maneira quase que consensual na academia - ao optar-se por escrever a favor de um sistema democrático de governo.

A despeito, então, de estudos que indicam novos caminhos para a organização democrática, no presente estudo, buscou-se reconstituir os porquês da existência de partidos em um projeto político que visa a uma ampla participação popular, bem como o seu papel político num sentido de qualificar tal pretensão pela descentralização do poder de gestão do que se entende como público.

Inicialmente, a tarefa foi apresentar modelos interpretativos a respeito de partidos políticos. Após a formulação desse panorama, delimita-se a investigação em uma perspectiva político-cultural, o que demanda análises de posições e de comportamentos do plano partidário.

Resultante das premissas e interpretações, das quais se optou por utilizar, emergem conclusões e questionamentos no que tange a um entendimento específico de sociabilidade política - a qual envolve um interesse por parte dos cidadãos comuns (aqui entendidos como eleitores) e, também, por parte dos agentes políticos (entendidos como indivíduos partidários).

O caso brasileiro é um exemplo revelador, quando o intuito é

abordar os mais diversos aspectos do relacionamento entre representantes políticos e seus representados. O país, caracterizado comumente como detentor de uma política clientelista e autoritária<sup>2</sup>, goza de uma defasagem significativa no que se refere à confiança nas instituições e naqueles que as representam (BAQUERO, 2000).

Comprovadamente, esse é um déficit que tem sido observado de modo generalizado em nossa realidade, porém, as razões particulares que se apresentam como determinantes em realidades específicas não devem ser ignoradas. Em outras palavras, as condutas culturais justificam decisões políticas do mesmo modo que o contrário também ocorre. Sendo assim, é preciso averiguar de que modo as estruturas partidárias são organizadas no sentido de incentivar um comportamento político participativo, através da agregação de interesses, disponibilização de informações e de promoção da educação política.

### **1 Mediação no mundo político: os partidos políticos na construção de um modelo de Estado democrático**

Atualmente, cria-se um espaço para o questionamento do desempenho e, inclusive, da necessidade de existência dos partidos políticos no contexto global – a exemplo dos estudos realizados por autores como Crotty (1994) e Broder (1972) (BAQUERO, 2000).

---

2 Terminologias utilizadas de modo decorrente na academia com o intuito de caracterizar um perfil histórico brasileiro - que foi superado ou ainda se mantém – comumente não são suficientemente conceituadas (o que retrata uma carência de precisão e de delimitação do que se pretende abordar em determinados estudos).

Não é de competência do presente estudo refutar a importância dos partidos políticos e, muito menos, apresentar opções de sistemas institucionais com a suposta inexistência de tais organizações. Todavia, a problemática da funcionalidade e do real papel que têm ocupado os partidos políticos – tanto institucionalmente quanto no imaginário coletivo – tem muito a contribuir, quando o objetivo é elucidar as relações existentes entre partidos políticos e eleitores.

Para isso, é imprescindível realizar um resgate teórico para que a realidade abordada seja localizada dentro de um plano conceitual e, assim, possa ser analisada de modo mais consistente e legítimo. A obra “A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina”, escrita no ano de 2000 pelo cientista político Marcello Baquero, é bastante útil a esse tipo de análise por apresentar debates teóricos sobre a eficiência na tarefa de mediação no mundo político, via partidos. O estudo, que se concentra nos resultados da crise partidária na América Latina através de uma abordagem histórico-comparativa, trata da conceitualização de partido político, das funções atribuídas a esse, seu papel histórico, sua estruturação e suas ideologias.

Segundo Baquero (2000), a noção a respeito de partidos políticos na história mundial é apresentada sob três óticas que, certamente, trazem aspectos centrais para o entendimento de partido: a teoria institucional (representada por Duverger, tendo como base a expansão do eleitorado e a permanência de um grupo determinado no poder); a de situação histórica (representada por Joseph La Palombr e Myron Weiner, em que se buscam respostas em momentos históricos determinados); e a do desenvolvimento (aquela que relaciona a modernização ao surgimento de partidos políticos – os quais seriam

os responsáveis por organizar novos interesses frente ao Estado).

Apesar da importância e da necessária referência às teorias apresentadas, o autor argumenta que há uma carência de questões fundamentais no que concerne à relação entre o político e o econômico, assim como o reconhecimento da dinâmica e dos processos internos dos partidos políticos.

No campo da Ciência Política, ainda que não exista um consenso a respeito da conceitualização de partidos políticos, há um posicionamento bastante decorrente que relaciona o surgimento da disciplina com a reflexão a respeito dessas instituições, reiterando a essencialidade delas para a manutenção da democracia.

Entretanto, é deveras comum na recente bibliografia da disciplina apresentar posicionamentos críticos – assim como estatísticas –, retratando a desconfiança dos cidadãos nas organizações partidárias (BAQUERO E BORBA, 2008; MOISÉS, 2005). Desse modo, surgem estudos a respeito da cultura política com ênfase em conceitos que têm a pretensão de revelar a importância de uma relação de confiança entre os agentes, bem como desses em relação às suas instituições políticas – a exemplo do conceito de capital social (PUTNAM, 2007).

A constatação de uma crise dos partidos políticos e, também, da instabilidade de sistemas políticos institucionalizados é uma pauta atual no debate acadêmico. É importante ressaltar que existem controvérsias a respeito da crise das instituições políticas. No entanto, tratando-se do caso brasileiro – ao qual este estudo refere-se –, é possível apontar autores que afirmam relativa estabilidade do sistema político nacional (LIMA, 1997; NICOLAU, 1996).

Assim, o estudo opta por reiterar a ainda existente centralida-

de dos partidos políticos.

“Do ponto de vista teórico, a multiplicidade das funções atribuídas aos partidos políticos no processo de construção e manutenção de sociedades politicamente estáveis tem gerado um consenso de que seria impensável uma democracia sem eles” (SHATTSNEIDER apud BAQUERO, 2000).

Os partidos políticos são analisados no sentido de questionar e de verificar a realização de algumas de suas atribuições originais bem como a percepção de atores sociais a esse respeito. A relação entre representantes e representados merece atenção no momento em que não se percebe a representação como legítima. A esse respeito pode ser considerado o caso específico brasileiro e mesmo o seu legado histórico marcado por características como o personalismo e o clientelismo.

A perspectiva de crise dos partidos políticos e a incapacidade funcional desses ganha relevância quando se constata que:

“No se trata de una crisis simplemente en la institucionalidad formal de los partidos políticos, sino que se há abierto, asimismo, una profunda brecha entre la superficie, aparentemente estable, de las estructuras partidárias y la manera en que estas estructuras articulan, convocam y reflejam a los actores y las dinâmicas de la sociedad en el momento presente” (CAVAROZZI e MEDINA, p. 10, 2003).

## **2 Os partidos políticos e o incentivo à participação: a formação de capital social**

Aceitando os partidos políticos como atores centrais na dinâ-

mica da política democrática, é preciso optar por um entendimento de democracia. Deve-se, fundamentalmente, traçar as variáveis que compõem o comportamento político dos cidadãos. Sendo assim, estudos que enfatizam a existência de uma cultura política (DALTON 2000; INGLEHART, 2002; NORRIS, 2002; PUTNAM, 2007) que determina ou, ao menos, influencia fortemente os rumos da democracia - um sistema que visa à ampla participação popular - têm muito a somar em uma análise pretensa de orientações para o comportamento dos atores sociais que compõem sistemas de caráter democrático.

Em contrapartida a uma perspectiva de determinismo econômico, pode-se observar um conjunto de estudos (BAQUERO, 2003; PUTNAM, 2007) que ressaltam as diferenças na vida cívica de uma comunidade como fator fundamental para explicar o êxito ou o fracasso no processo de desenvolvimento e de democratização. Em outros termos, trata-se de considerar: a participação cívica; o nível de igualdade política; a solidariedade, a confiança e a tolerância entre os indivíduos; e a natureza das associações existentes (estruturas sociais de cooperação).

Sob uma ótica de caráter dos cidadãos, essa perspectiva já se apresenta nas obras de Maquiavel, que resalta as obrigações dos cidadãos (assim como Montesquieu). Essa “escola republicana” de humanistas cívicos é contrastada pela perspectiva liberal de Hobbes e de Locke, que não parte do princípio de que os cidadãos detenham um comportamento virtuoso, enfatizando, assim, o individualismo e os direitos individuais (PUTNAM, 2007). A comunidade cívica sustenta-se através do ideal de vantagens partilhadas. Como ressaltou Tocqueville, os cidadãos buscam o “interesse próprio corretamente entendido” (PUTNAM, 2007).

Utilizando essa perspectiva – que considera o comportamento dos agentes –, toma-se como base o estudo de Robert Putnam a respeito de Capital Social. O conceito de “Capital Social” em Putnam é construído e consagrado através de sua obra “Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna”. A obra é centrada na compreensão do desenvolvimento e do desempenho das instituições democráticas. De início, Putnam se concentra em examinar a nova organização política da Itália, na primeira metade dos anos 1970, que determinou a criação de governos regionais – os quais passaram a ter autoridade sobre uma grande parcela dos assuntos públicos.

Após uma análise inicial, que inclui um estudo comparativo dessa nova dinâmica no norte e no sul do país – refletindo, assim, realidades muito distintas de desenvolvimento –, propõe-se um significado mais amplo das constatações feitas. São abordados aspectos fundamentais da democracia, do desenvolvimento econômico e da vida cívica.

Ao considerar fatores de cultura política, há um resgate de teorias e de autores que enfatizam o ideal de comunidade e de participação cívica. O autor, através de várias técnicas de pesquisa, visa localizar a importância da cultura e da participação políticas (a natureza dessa) no processo de desenvolvimento. O êxito de um governo democrático não poderia, pois, resumir-se ao crescimento econômico ou ao incremento tecnológico.

Dentro dessa discussão sobre desenvolvimento e modernidade, regiões cívicas e não-cívicas, emerge o conceito de Capital Social – que se refere a “características da ação social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2007).

Putnam considera a incapacidade dos indivíduos de organização e de cooperação para o mútuo proveito, mas apresenta, também, alternativas e práticas que facilitam a confiança coletiva. Considerando que os indivíduos reagem racionalmente ao contexto em que vivem – reforçam determinadas práticas -, existiriam ciclos viciosos e virtuosos no que tange ao Capital Social.

O Capital Social, como já apresentado, pode ser expresso de diversas formas e através de organizações (e orientações) distintas. É importante identificar o modo como se processam tais comportamentos, através de quais associações os interesses de uma sociedade podem ser mobilizados e, por fim, transformados em um sistema de confiança mútua e de ganho conjunto.

Putnam em sua teorização afirma que membros de associações estão mais aptos a desenvolver consciência política e confiança social.

“Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos ‘externos’ sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. (...). No âmbito externo, a ‘articulação de interesses’ e a ‘agregação de interesses’, como chamam os cientistas políticos deste século, são intensificadas por uma densa rede de associações secundárias” (pp. 103-104, 2007).

O autor também distingue quais as atividades mais propensas a gerar a eficácia de um governo democrático. Ademais, Putnam considera as intuições às quais os italianos dão maior grau de importância

- ao decorrer do período abordado em seu trabalho -, que são: igrejas, sindicatos e partidos políticos, apregoando que a primeira não colabora para a formação de capital social, a segunda o faz, enquanto a terceira, as organizações partidárias, pode ou não gerar esse benefício social.

Deixando de lado, nesse momento, outros âmbitos participativos que o autor expõe e analisa – a exemplo de clubes desportivos, atividades culturais e recreativas – e também atitudes que fomentam tal interesse pela vida em sociedade – número de leitores de jornal, comparecimento às urnas, votação em referendos, entre outros –, enfatiza-se a possibilidade das organizações partidárias apresentarem-se como elementos constitutivos de uma sociedade mais democrática. Considerando que o sucesso da democracia está diretamente associado aos níveis de capital social de determinada realidade (PUTNAM, 2007), Baquero e Borba argumentam:

“Atualmente, a ciência política continua, preponderantemente, a enfatizar as instituições políticas, principalmente os partidos, como essenciais para o fortalecimento democrático. Se, por um lado, este posicionamento é quase unânime, por outro lado, não há um consenso sobre as qualidades e a influência que os partidos têm tido na promoção de uma cultura política mais democrática ou mais participativa” (2008).

### **3 Sociabilidade política: a dívida dos partidos políticos para com a sociedade brasileira**

Pode-se dizer que a participação dos cidadãos em assuntos políticos é o que legitima a existência de um sistema democrático.

Estudos recentes no campo das ciências sociais apresentam, porém, um panorama do comportamento brasileiro, caracterizado por uma rejeição à política e, principalmente, aos partidos políticos (BAQUERO, 2000; BAQUERO E BORBA, 2008).

Existem perspectivas distintas para entender a problemática da democracia brasileira - e, também, a nível mundial. Atribui-se, frequentemente, a responsabilidade por um sistema

despolitizado a questões de engenharia política - apregoando revisão e mudança das regras eleitorais e, até mesmo, do sistema eleitoral como um todo. Esse ideal de “aprendizagem institucional” é defendido por autores como Rustow (1970), Miller e Seligson (1994) e Karl e Schmitter (1993) (INGLEHART e WELZEL, 2009). Outra variável destacada é a que encara o legado histórico como constitutivo de uma mentalidade de subordinação e não disposta ao enfrentamento político reivindicatório.

Todavia, a análise com base na cultura política e, mais especificamente, no conceito de capital social possibilita aqui adentrar em um aspecto mais direcionado, mas que se apresenta como elemento estruturante central da democracia – como foi apresentado neste artigo, até então. Trata-se da forma como os partidos políticos têm retribuído a seus representados aquilo que se constitui como maior sentido da democracia, o espaço para a participação política. Sendo o partido político uma instituição central dentre aquelas que conformam a dinâmica do Estado democrático, espera-se desse a criação do elo entre o Estado e a sociedade civil.

O historiador Agulhon (1968) entende sociabilidade como uma associação que independe de sua existência perene ou efêmera e

de seu nível de institucionalização. O indivíduo participa de grupos onde se insere em relações amplas e, concomitantemente, restritas. Envolve-se, então, em relações sociais gerais estruturadas pela organização e em relações mais específicas, que dizem respeito ao modo como se dá a convivência com os demais participantes do grupo.

Posto que a sociabilidade é a dinâmica organizatória da vida, a tese aqui apresentada infere que a forma como se organizam os partidos políticos determina se esses se constituem, ou não, enquanto propagadores de características como a confiança, a cooperação e a participação na vida comunitária.

Atualmente, fenômenos como os partidos denominados catch-all têm demonstrado a postura negativa que os partidos políticos têm assumido – a qual tem base estritamente no interesse eleitoral. O teórico Otto Kirchheimer afirma que essa nova configuração partidária implica em menor ênfase na ideologia política, forte apoio a lideranças, menor participação de militantes, inexistência de uma orientação específica (a exemplo da defesa de uma classe ou de uma religião) e busca para conquistar um grupo volumoso e heterogêneo de possível apoio eleitoral (LAPALOMBARA e WEINER, 1966).

A proposta, então, a partir das constatações apresentadas no presente trabalho, é de que a organização partidária receba maior ênfase nos estudos da Ciência Política. Deve-se averiguar de que modo os partidos brasileiros tem retribuído aos seus eleitores os votos que lhes garantem legitimidade como representantes de uma gama de interesses e de demandas da sociedade

brasileira. Para tal fim, devem ser analisadas, tanto de modo quantitativo quanto qualitativo, as atitudes dos partidos políticos no

sentido de incentivar a participação política, de disponibilizar a informação necessária para que os cidadãos tenham condições de identificar seus interesses comuns e compartilhados, tendo como objetivo final entender a dinâmica política – essa com o dever de fazer jus ao princípio de participação democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, é possível constatar uma defasagem significativa no que diz respeito à confiança e à participação em instituições partidárias, quando se considera o Estado brasileiro. O desinteresse crescente nessa forma tradicional de associação – em ambientes de caráter democrático – comumente é associado a características de uma nova realidade que tende a configurar-se em escala global, à modernização, que apresenta valores que transcendem questões materiais da existência humana (INGLEHART e WELZEL, 2009). Nesse sentido, afirma-se que as associações partidárias possuem uma estrutura hierárquica que não condiz com os novos interesses dos cidadãos democráticos.

Todavia, estudos recentes como o de Baquero e Borba (2008) esclarecem que na realidade brasileira o déficit de participação não se encontra restrito às organizações partidárias. O estudo realizado no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, indica que os indivíduos tampouco têm procurado por outros âmbitos participativos. Tal tendência reflete, de fato, uma crescente apatia política.

Assim, a ideia que se pretendeu referendar neste estudo sobre cultura e participação políticas foi que as alternativas devem emergir

dos próprios partidos políticos, como meio de resolver uma crise de legitimidade, assim como uma crise democrática mais ampla – a qual implica na busca de maiores condições de sociabilidade política, de igualdade de direitos e de tolerância cultural.

É necessária uma busca no sentido de identificar quais as possibilidades de partidos políticos conformarem-se, enquanto organizações mais horizontais e receptivas em relação a demandas sociais e a interesses coletivos. Mas também espera-se que tal instituição tenha uma iniciativa no sentido de fomentar uma nova cultura política. O estudo de Robert Putnam (2007) faz algumas assertativas no que concerne a práticas individuais que podem sinalizar mudanças, em um sentido positivo, nos níveis de capital social, destacando – a sua época e contexto específicos – o acesso à informação (leitura de jornais) e o comparecimento a votações alternativas às eleições representativas (a exemplo de referendos).

É importante compreender as características da sociedade brasileira para, então, tipificar quais as atitudes que levam os indivíduos a tornarem-se mais interessados em assumir uma estratégia de ganho conjunto, cooperando uns com os outros. O resgate de orientações específicas é essencial, quando se compreende que a cultura política “(...) é produto tanto da história coletiva do sistema político como da história de vida dos membros desse sistema. Sendo assim, está enraizada nos acontecimentos públicos e nas orientações privadas” (BAQUERO e PRÁ, 2007).

Constatada uma série de atitudes que podem levar a mudança de postura política em uma sociedade, a consequência lógica é a de identificar quão disseminado tal comportamento encontra-se no

meio partidário e quais as reais possibilidades dessas emergirem em configurações atuais da política brasileira. O capital social deve ser, portanto, percebido como um meio de alcançar o desenvolvimento, que não se restringe a mero desenvolvimento econômico, refletindo, assim, fortemente nas configurações políticas, sociais e culturais de dada sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGULHON, M. 1989. **Depoimento**. In: P. NORA (org), *Ensaio de ego-história*. Lisboa, Difel, pp. 13-62.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

BAQUERO, M.; BORBA, J. A **(re)valorização dos partidos políticos no Brasil via capital social**. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Brasília*, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008.

BAQUERO, M.; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados [online]. 1997, vol.40, n.2 ISSN 0011-5258. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_abstract). Acesso em: 13 de abril de 2011.

DALTON, R. J. **Value change and democracy**. In.: PHARR, Susan

J.; PUTNAM, Robert D. (eds.). *Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia.** São Paulo: Ed. Verbena, 2009.

KIRCHHEIMER, Otto. **The Transformation of Western European Party System.** In LAPALOMBARA, Joseph e WEINER, Myron (eds.). *Political Parties and Political Development.* Princeton: Princeton University Press, 1966.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA Jr. O. B. de. **Os Partidos Políticos Brasileiros: a experiência federal e regional - 1945/1964.** Rio de Janeiro, Graal, 1983.

MOISÉS, José Álvaro. **A Desconfiança Nas Instituições Democráticas.** *Opinião Pública (UNICAMP)*, Campinas, v. XI, n. 1, p. 33-63, 2005.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro (1985-94).** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

NORRIS P. **Democratic Phoenix: political activism worldwide.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FVG) 2007.

